

Pierangelo Garegnani

por Fabio Petri

Pierangelo Garegnani nasceu em Milão, Itália, em 1930 e estudou “scienze politiche” (“ciências políticas”, i.e., política e economia) na Universidade de Pavia. Sua “tesi di Laurea” (monografia de fim de curso) sobre a teoria do valor de Ricardo, escrita sob o estímulo dado pela introdução de Sraffa à edição das obras completas de David Ricardo em 1951, lhe rendeu uma bolsa para realizar sua pós-graduação em Cambridge, em 1953, onde obteve seu PhD em Economia. Ele morou no mesmo College (Trinity) que Sraffa; seu orientador foi Maurice Dobb. A dissertação “Um Problema na Teoria do Capital de Ricardo a Wicksell” foi defendida em dezembro de 1958, e até hoje não foi publicada (em inglês). Entretanto, uma versão revista foi publicada na Itália em 1960, e muitos de seus resultados fundamentais, a respeito da abordagem clássica, se tornaram disponíveis em inglês em 1987, enquanto aqueles sobre a abordagem marginalista se encontram em 1990b. Em 1958 se tornou assistente do Professor Volrico Travaglini em Roma, e colaborou igualmente com o SVIMEZ, um instituto de pesquisa para o desenvolvimento do sul da Itália financiado pelo Estado, onde escreveu em 1962 uma publicação interna (para circulação restrita) sobre as causas do desemprego. A primeira parte deste texto veio a se tornar o artigo ‘*Notes on Consumption*’ (publicado originalmente em italiano em 1964–65); o restante ainda inédito será resumido mais à frente. Em 1961–62 esteve no MIT com uma bolsa da Fundação Rockefeller (nesta ocasião mostrou a Paul Samuelson as limitações das “funções de produção substitutas (“surrogate”, ver 1970). Depois de passar dois anos como um professor assistente na Universidade de Sassari, se tornou professor titular desta universidade em 1963, passando em 1966 para Pavia, em 1969 para Florença, e em 1974, definitivamente, para Roma. De 1980 a 1986 ele co-dirigiu, com Sergio Parrinello e Jan Kregel, a Escola Internacional de Estudos Econômicos Avançados de Trieste (Trieste International School of Advanced Economic Studies) um encontro anual de duas semanas de economistas heterodoxos, com cursos e seminários para alunos de nível avançado. Tendo sido apontado no testamento de Sraffa como seu executor testamentário literário, coube a Garegnani a tarefa de editar os textos inéditos de Sraffa, obra ainda não publicada.

Garegnani é o teórico que, depois de Sraffa, provavelmente mais contribuiu para a retomada da abordagem do excedente dos economistas clássicos e Marx, assim como para a crítica da abordagem marginalista, ou “neoclássica”, do valor e distribuição, e, em particular, o seu conceito de capital. Ele esclareceu, defendeu e desenvolveu a interpretação original de Sraffa sobre os autores clássicos e a implicação desta para a compreensão da obra de Marx. Garegnani contrastou a determinação simultânea na teoria marginalista de preços, distribuição e quantidades, com o enfoque dos economistas clássicos. Na determinação da taxa de lucros, estes últimos tomavam como dados (isto é, determinados em outros níveis de análise): (i) o salário real, (ii) as quantidades produzidas, e (iii) as condições de produção. Por detrás da diferença mais evidente – o salário real dado (sobre o qual os elementos institucionais e dos costumes sociais tem um papel central) – pode-se identificar, afirma Garegnani (1987, 1990), uma diferença analítica profunda: a ausência do conceito marginalista da produção como a combinação de fatores de produção substituíveis entre si (diretamente, ou indiretamente, através da escolha do consumidor). É com base nesse conceito que se derivam as curvas de demanda de fatores negativamente inclinadas que são o alicerce da construção teórica marginalista, e que justificam a determinação simultânea da taxa de lucro, salário real e produto. Assim a determinação do salário real por fatores institucionais – uma possibilidade admitida ocasionalmente, pelos autores marginalistas – impedem o funcionamento por completo do mecanismo da competição; e, por sua vez, determina endogenamente o nível de emprego da força de trabalho (e do produto); um salário real mais elevado implica em menor emprego e produto. Nos autores clássicos, ao contrário, não encontramos curvas de demanda por capital e trabalho negativamente inclinadas. Por essa razão, a determinação “institucional” do salário real é indispensável (o mecanismo de oferta e demanda por trabalho da teoria marginalista tornaria o salário real igual a zero ou indeterminado), e é, assim, visto como parte da própria natureza do capitalismo. Como resultado, autores clássicos viam a competição no mercado de trabalho, como tendendo a igualar salários para tipos de trabalhos similares, e não reduzindo estes indefinidamente até não haver mais desemprego da força de trabalho. Um desemprego elevado exerceria apenas uma pressão que lentamente levaria a uma revisão para baixo as noções aceitas do que seria o salário considerado “justo” e que regula a competição entre trabalhadores. Também não há, nos autores clássicos qualquer ligação unívoca entre taxa de lucros, ou salário real, e níveis de produto (havendo, conseqüentemente, também uma determinação em separado destes últimos).

Por exemplo: em Marx, o efeito da elevação dos salários reais sobre o emprego pode ser positivo ou negativo (o estímulo ao investimento derivado da elevação da demanda por bens salário, pode, ou não, ser mais forte que o desestímulo derivado da menor taxa de lucros), dependendo da magnitude da elevação dos salários e do contexto histórico específico.

É assim natural que na análise clássica se encontre uma parte separada, o núcleo (“core”) (Garegnani, 1987, 1990a), no qual a taxa de lucros é determinada tendo como base um salário real e condições de produção dadas, ou como parâmetros que variam de forma independente, enquanto no núcleo (core) as variáveis são conectadas por relações necessárias: se o salário real cresce a taxa de lucros tem que decrescer, dada uma tecnologia. Entretanto, em outras partes da análise (no estudo do salário real, do emprego e da acumulação, do progresso técnico, da composição do produto e na interação destas variáveis), há espaço – admitido pelos autores clássicos – para uma multiplicidade e variabilidade de resultados de acordo com as circunstâncias das influências relevantes. Isso torna impossível estabelecer os efeitos das mudanças de uma variável sobre as outras com uma adequada generalidade e com sentido unívoco, impedindo uma determinação geral simultânea (por exemplo, mudanças na distribuição, quantidades produzidas e tecnologia). Isso sugere, por sua vez, uma análise em estágios separados sucessivos, com interações, se necessário, para dar conta de efeitos de feedback. Assim, o efeito da mudança no salário real na taxa de lucro deve ser inicialmente determinado no núcleo (core) tendo como base determinadas condições de produção, e eventualmente modificado em um segundo estágio se as mudanças nas quantidades produzidas (a serem determinadas de acordo com cada situação específica) afetarem as condições de produção, com utilização de terras piores ou de técnicas com retornos de escala não-constantemente. Esse método dota a abordagem clássica de uma grande flexibilidade, tornando-a compatível com diferentes teorias de investimento ou de distribuição. Garegnani esclarece que o desenvolvimento da teoria clássica do valor resulta da forma como se trata do problema do capital que, por sua vez, surge, nessa abordagem, quando se busca determinar no núcleo (core) a taxa de lucro. Enquanto a determinação do excedente como um agregado físico de mercadorias heterogêneas (a diferença entre produto social líquido e salários reais totais) não impõe nenhuma grande dificuldade, na determinação da taxa de lucro surge um, aparente, perigo de circularidade do argumento. Abstraindo-se das rendas, por simplicidade, a taxa de lucro é determinada como a razão entre o valor do produto excedente (isto é, lucros) e o valor

do capital antecipado. Então, os valores relativos das mercadorias têm que ser conhecidos. Os economistas clássicos perceberam que, em geral, as relações de troca entre as mercadorias dependem da taxa de lucro: conseqüentemente, o risco de circularidade de uma taxa de lucro que depende de uma relação de troca, e não é determinável antes de conhecida a taxa de lucro.

Partindo da *Introdução* de Sraffa à obra de Ricardo, Garegnani argumenta que o papel do setor de “trigo” no *Ensaio sobre os Lucros* escrito por Ricardo em 1815 e o papel da teoria do valor-trabalho nos *Princípios* de Ricardo e em Marx eram saídas deste perigo de circularidade, nas únicas formas imperfeitas que eram concretamente possíveis naquela época. No *Ensaio sobre os Lucros*, a hipótese de que, no setor agrícola, o produto e o capital sejam suficientemente homogêneos em termos físicos, faz da taxa de lucro uma relação entre quantidades físicas. Se as mercadorias são trocadas aos valores-trabalho, os agregados determinando a taxa de lucro podem ser calculados sem conhecer essa taxa de lucro. Ricardo estava consciente de que os preços relativos mudam com a taxa de lucro e procurou uma forma de superar esse problema durante toda a sua vida. Marx partiu de Ricardo e, baseando-se nos seus avanços analíticos, concluiu que a divergência entre os preços e os valores-trabalho, sendo devida a “composições orgânicas” divergindo da média, deveriam se compensar na economia como um todo. Marx estava errado, neste caso. Mas, esse erro não é irreparável.

Uma determinação não circular da taxa de lucros é possível, seja através das equações simultâneas ou da mercadoria padrão de Sraffa ou da forma achada por Garegnani (1960; ver 1987). Garegnani determina a taxa de lucro como a relação entre o excedente e o capital no setor de salários verticalmente integrado, com preços medidos em trabalho comandado (o valor do produto excedente do setor, que consiste em salários, é, então, uma quantidade de trabalho) e com capital representado como quantidades datadas de trabalho, cada uma sendo multiplicada pela taxa de lucro desconhecida para o período de tempo correspondente (a taxa de lucro, mesmo introduzindo os agregados, permanece a única variável desconhecida).

A estrita continuidade analítica entre Ricardo e Marx mostra que o papel da teoria do valor-trabalho em Marx é o mesmo em Ricardo, ou seja, determinar a taxa de lucro. Contra os papéis adicionais ou alternativos tradicionalmente atribuídos à teoria do valor-trabalho de Marx, Garegnani faz duas observações (1981). Primeiro, Garegnani observa que a exposição aparentemente apriorística do *Volume 1* do *Capital* era devida

à conclusão de Marx (já obtida antes) segundo a qual a taxa geral de lucro é a mesma que se as mercadorias fossem trocadas ao valores-trabalho. Isso lhe permite inicialmente assumir que as trocas são realizadas aos valores-trabalho – uma hipótese mais fácil de seguir para seus leitores – o que não faz nenhuma diferença para os problemas discutidos no primeiro volume. Segundo, Garegnani observa que as diferenças com Ricardo, frequentemente consideradas na tradição marxista como um indicador dos outros papéis dos valores-trabalho em Marx (por exemplo, a distinção trabalho/força de trabalho ou a distinção trabalho abstrato/trabalho concreto), tinham motivos estritamente analíticos. Marx atribuí o erro de Smith sobre os preços se resolvendo em salários, lucros e rendas (esquecendo o “capital constante”) à ausência da distinção entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Consequentemente, a determinação correta da taxa de lucro e dos preços de produção, longe de enfraquecer a abordagem geral de Marx, comprova sua robustez. Isso confirma que a taxa de lucro pode ser determinada usando os mesmo dados a partir do quais Marx começa a calcular o trabalho incorporado e a mais valia – o salário especificado fisicamente e as condições técnicas de produção.

Da mesma forma, a noção de exploração não precisa da teoria do valor-trabalho para ser confirmada (1981): ela requer, na verdade, a exatidão da abordagem clássica, que considera que os lucros são positivos simplesmente por causa do poder outorgado aos donos do capital (pela estrutura institucional do capitalismo) de apropriar-se de uma parte do produto dos trabalhadores simplesmente pela virtude do seu monopólio coletivo sobre as condições de produção. Esta visão permite voltar contra a própria burguesia (no seu papel de classe capitalista) a acusação que ela formulou contra os senhores feudais segundo a qual sua renda era o fruto da exploração, devida ao monopólio sobre a terra, que obrigava os servos a aceitar a *corvéia*.

As críticas originais de Garegnani à abordagem marginalista são voltadas tanto para suas versões de longo prazo quanto para suas versões de curto prazo. Redigidas em 1960, antes dos resultados de Sraffa sobre retorno das técnicas, as críticas se concentram na contradição entre a exigência que a dotação de capital seja um dado independente dos preços e consequentemente da distribuição e a exigência – tão antiga quanto a obra de Adam Smith e aceita por todos os fundadores da teoria marginalista, incluindo Walras – de uma taxa de lucro uniforme (ou taxa de juros sobre os meios de produção produzidos, avaliada aos preços de oferta). Garegnani prova (ver 1990b, p. 19) que a segunda exigência é incompatível com o fato de considerar como dado (como

Walras faz) o *vetor* das várias dotações dos diferentes bens de capital. O sistema de equações resultante em geral não tem solução. A explicação econômica é simples: para funcionar, a tendência à taxa de retorno uniforme no preço de oferta deve alterar as remunerações dos diferentes bens de capital. Consequentemente, ela deve alterar suas ofertas relativas, o que não é permitido por Walras. As proporções entre as dotações dos diferentes bens de capital devem, então, ser determinadas endogenamente. Portanto, os teóricos marginalistas devem imaginar que os diferentes bens de capital integram diferentes montantes de um único fator de produção “capital” - capaz de mudar de “forma” (ou seja, de composição) sem mudar em termos de “quantidade”. Esses teóricos são forçados a tomar como dada a dotação desse fator único “capital”. Esta era na verdade a concepção do capital encontrada na maior parte dos autores marginalistas (com a única exceção de Walras) até muito recentemente.

Todavia, o “capital” deveria ser medido em unidades independentes da distribuição, e, também, ligado de forma unívoca à produção e – a preços dados – aos custos. Senão, seria impossível deduzir a demanda por “capital” da minimização de custo (medidas físicas como peso, portanto, não serviriam). Tal medida não existe. Garegnani (ver 1990b, p.23-27) mostra que o “período médio de produção” de Böhm-Bawerk, a única tentativa de achar tal medida, requer três condições inaceitáveis para ser válido: somente um fator não produzido, somente capital circulante e juros simples (ao invés de compostos). É por essa razão que Wicksell, depois de ter adotado num primeiro tempo a abordagem do “período de produção”, a abandona mais tarde e, como todos os outros (excluindo Walras), mede a dotação de “capital” como um montante em “valor”. Porém, como o valor dos bens de capital não é independente da distribuição, não há como escapar da contradição.

Uma escapatória usada pelos teóricos neoclássicos do valor no período recente foi o equilíbrio temporário ou intertemporal. Eles mantêm o vetor de dotação dos diferentes bens de capital dado, de Walras, mas abandonam a taxa de retorno uniforme sobre os preços de oferta. Garegnani responde de forma crítica (1976, 1990b, Seção V), argumentando que essa mudança para noções de equilíbrio de curtíssimo prazo implica no abandono do método de longo prazo – método que tinha permanecido o mesmo a despeito das mudanças na teoria desde os clássicos até a abordagem marginalista. Nesse método, os preços e as quantidades de mercado gravitam em torno e na direção de posições normais ou de longo prazo (algumas dúvidas recentemente formuladas por

Nikaido e outros sobre a convergência tradicionalmente assumida dos preços de mercado na direção dos preços de longo prazo foram refutadas por Garegnani, 1997) caracterizadas por uma taxa de lucro uniforme. Seu abandono introduz uma série de novas dificuldades graves:

- Uma falta de suficiente persistência do equilíbrio. As diferentes dotações de capital (e, também, em equilíbrio temporário, a forma das funções de expectativas) podem mudar tão rápido que privam o equilíbrio do seu papel tradicional de posição em torno ou na direção da qual as variáveis de mercado gravitam, tornando seu significado obscuro (a análise da mudança através da estática comparativa se torna impossível);
- Um dilema entre a hipótese absurda (em equilíbrios intertemporais) de antecipações perfeitas ou de mercados futuros completos perfeitos ao longo de um futuro infinito e a hipótese (em equilíbrios temporários) de funções de expectativas exógenas (com um risco de resultados indefinidos, que passam a depender de hipóteses altamente arbitrárias sobre as expectativas);
- Uma falta de substitutabilidade suficiente entre os fatores uma vez que diferentes bens de capital são tratados como diferentes fatores. As mudanças nos métodos de produção implicam em geral não somente diferentes proporções nos mesmos bens de capital ou entre esses bens de capital e o trabalho, mas, principalmente, no uso de diferentes tipos de bens de capital. Portanto é quase certo que nestes equilíbrios de curto prazo, uma proporção muito alta de preços de fatores de equilíbrio será zero (1990b, Seção VI), incluindo talvez o preço do trabalho.

No seu artigo de 1976, Garegnani (com provas para o caso de Hicks) mostra que a mudança da noção de equilíbrio não foi devido a nenhuma deficiência da noção tradicional de posição de longo prazo, mas sim ao desejo de evitar o conceito de quantidade de capital como uma magnitude em valor – um problema que aparece na determinação do equilíbrio de longo prazo apenas na tradição marginalista. Ainda assim, a rejeição do conceito de capital em valor como um fator de produção é ilusória

(1990b): o conceito marginalista tradicional de “capital” como um fator homogêneo ainda está implícito na suposta estabilidade do mercado de poupança-investimento. Esta estabilidade requer uma função negativamente inclinada para a demanda por investimento; mas os autores marginalistas sempre derivaram e só podem derivar tal relação da função negativamente inclinada de demanda por capital, onde o investimento representa a demanda por “capital livre” (investimento bruto): esta derivação torna-se impossível se, como o fenômeno da “reversão da intensidade de capital” mostra, a demanda por capital puder possuir qualquer formato. A conclusão é que o fenômeno da “reversão da intensidade de capital” destrói toda a base concreta (1990b) da abordagem marginalista mostrando a falsidade da dedução lógica (a partir da escolha das técnicas e das preferências dos consumidores) da substituição bem comportada entre trabalho e capital em valor (1970). A “reversão da intensidade de capital” inviabiliza não apenas as funções de produção agregadas, mas também a hipótese de que a taxa de juros é o preço que iguala investimento a poupança de pleno-emprego. As versões de curtíssimo prazo da teoria marginalista parecem ser, portanto, ainda mais deficientes que as versões tradicionais, uma vez que as dificuldades com a medição em valor do capital não são eliminadas e novos problemas são adicionados.

Garegnani também estendeu a crítica da teoria marginalista do investimento à economia keynesiana. No trabalho *Notes on consumption, investment and effective demand* (1978-79, parte II), ele argumenta que a razão pela qual os debates sobre a obra de Keynes são tão inconclusivos deve-se à presença de elementos fundamentalmente incompatíveis em Keynes: o princípio da demanda efetiva – isto é, a proposição de que a poupança se ajusta ao investimento através de variações no nível de renda – e a negação de uma tendência espontânea ao pleno-emprego coexistem de maneira desconfortável com noções marginalistas (demanda por trabalho negativamente inclinada e, principalmente, a demanda por investimento negativamente relacionada com a taxa de juros), levando aos contra-argumentos do que ficou conhecido como a “síntese neoclássica”. Uma situação indefinida permaneceu até os dias de hoje sobre se os mecanismos marginalistas de equilíbrio de longo prazo seriam fortes o suficiente para contrabalançar as tendências contrárias ao pleno-emprego provenientes de expectativas muito voláteis, interações entre os efeitos multiplicador e acelerador ou instabilidades financeiras, entre outras fontes de perturbação. A indeterminação estende-se à consistência interna da própria análise de Keynes. Salário real e taxa

normal de retorno sobre o capital investido estão necessariamente em relação inversa, enquanto que em Keynes uma redução da taxa de juros diminui o salário real. Além disso, mesmo no campo marginalista, eficiência marginal decrescente do investimento não é facilmente conciliável com desemprego persistente, uma vez que o emprego pode subir em relação ao estoque de capital parcialmente ocioso (em relação ao preço de oferta crescente dos bens de capital no curto prazo – uma hipótese implausível de qualquer maneira – mesmo Keynes admite que este é apenas um elemento transitório cuja influência torna-se irrelevante em prazos mais longos). Todavia as agora evidentes deficiências da teoria marginalista do capital permitem eliminar essas indeterminações. Conclusões de Keynes como a ausência de tendência ao pleno-emprego não precisam de volatilidade de expectativas ou “complicações” monetárias para “frear” as forças marginalistas pelo lado real da economia que levam ao pleno-emprego, que o próprio Keynes não rejeitou. Pelo contrário, tais forças “reais” parecem não existir (ver também 1989).

Garegnani defende a reconstrução da economia política com base na moderna abordagem do excedente incorporando o princípio da demanda efetiva de Keynes. Ele argumenta que uma vez que as imperfeições da teoria do valor de Ricardo (e Marx) – que foram as principais razões *científicas* para o abandono da abordagem do excedente – podem ser corrigidas, a abordagem do excedente é robusta. Ao mesmo tempo, dificuldades insuperáveis emergiram na abordagem marginalista. Como a abordagem do excedente foi abandonada de maneira prematura, parece natural revertê-la como base para a reconstrução da teoria econômica. Depois de Sraffa e do trabalho influenciado por ele no “núcleo”, o que é necessário para uma reconstrução é essencialmente uma teoria da distribuição e uma teoria para a determinação do produto; teorias que recebem pontos de partida sólidos da análise clássica da distribuição e acumulação e do princípio da demanda efetiva de Keynes.

A respeito das forças que determinam a distribuição, Garegnani apontou (1990a) que pesquisas recentes sobre diferenciais de salário e discriminação (por gênero e raça) no mercado de trabalho confirmam a importância dos elementos institucionais e dos costumes sociais sobre a determinação dos salários. Estendendo a observação de Sraffa sobre a hipótese de a taxa de lucro ser suscetível de ser determinada pela política monetária, Garegnani sugeriu explorar a possibilidade de que as autoridades monetárias poderiam afetar a distribuição pela influência da taxa de juros real e assim o piso

mínimo para a taxa de retorno do investimento, um mínimo para o qual a taxa de lucro deveria tender a convergir devido à concorrência. “Isso não implica repetir a ideia que a barganha salarial não possui poder de mudar o salário real: a política das autoridades monetárias não é conduzida em um vácuo e o movimento dos preços e do salários nominais determinado pela barganha salarial estarão entre as considerações mais importantes na formulação desta política” (1978-79, p.63).

Todavia, Garegnani expressou ceticismo sobre as assim denominadas “teorias da distribuição de Cambridge” (Joan Robinson, Nicholas Kaldor) que argumentam que o investimento cria o montante de poupança necessário através de mudanças na parcela dos lucros na renda nacional. Estas teorias parecem ignorar a capacidade de adaptação da produção à demanda sem a necessidade de ocorrerem mudanças na distribuição tanto no curto prazo, através de mudanças no grau de utilização da capacidade, quanto no longo prazo, através de mudanças da capacidade de produtiva (1982).

Sobre a explicação do nível de produto e emprego, Garegnani argumenta que basicamente o que é necessário é uma teoria do investimento; para determinar o emprego uma vez que o investimento está dado possuímos o princípio da demanda efetiva de Keynes. A “Lei de Say” (investimento supostamente determinado pela poupança de plena-capacidade) deve ser rejeitada, não possuindo nenhum fundamento sólido em Ricardo nem na teoria marginalista. Além disso, a “Lei de Say” não é respaldada pela observação de uma razoavelmente plena utilização da capacidade produtiva na média, ao longo de décadas, muito provavelmente porque a capacidade produtiva se adapta a demanda agregada (1990b). Os verdadeiros determinantes do investimento, argumenta Garegnani, podem ser reduzidos a dois – a demanda esperada e o progresso técnico – apesar de nenhum deles garantir plena utilização da capacidade já existente. (Particularmente interessante é a sua rejeição da hipótese da taxa de lucro ter influência direta sobre o investimento. Apenas se o crescimento da demanda for previsto os investidores terão expectativas de vender uma quantidade maior de produto aos preços normais, ganhando assim pelo menos a taxa de lucro normal da economia; do contrário não haveria razão para investir independentemente da taxa de lucro. Mudanças na taxa de lucro só podem afetar o investimento indiretamente, caso alterem o multiplicador). Assim, o investimento normalmente ficará abaixo da poupança de plena capacidade; o tamanho do desperdício resultante não é bem avaliado porque, ao contrário do desemprego, é pouco visível. Não se vê a produção perdida de bens de

consumo, e menos ainda a perda cumulativa de capacidade produtiva potencial. Desta maneira Garegnani mostra (1962) que nos anos 1955-60 a taxa de crescimento da Itália não foi limitada pelo lado da oferta ou pela restrição de balanço de pagamentos, mas simplesmente pelo investimento insuficiente. Em cada um desses anos a Itália (um país com desemprego estrutural) poderia ter atingido, sem nenhuma necessidade de reduzir o consumo, uma produção de bens de investimento 15% maior do que a observada, resultando em um crescimento da capacidade produtiva no final de seis anos suficiente para eliminar o desemprego estrutural. A implicação geral é que o controle social do processo de acumulação é necessário porque o capitalismo desperdiça poupança potencial e não possui nenhuma tendência espontânea a absorver o desemprego. A ausência, historicamente observada nos países industriais, de grandes e persistentes diferenças entre a oferta e demanda de trabalho decorre de adaptações da oferta de trabalho à demanda. No passado vários “exércitos de reserva” proveram esta oferta, incluindo setores pré-capitalistas, subemprego agrícola e donas de casa, assim como frequentes e controlados fluxos migratórios (1990a, p.16).

Bibliografia do texto:

(1960), “Il capitale nelle teorie della distribuzione”, Milan: Giuffré.

(1962), “Il problema della domanda effettiva nello sviluppo economico italiano”, Rome: SRIMEZ.

(1970), “Heterogeneous Capital, the Production Function and the Theory of Distribution”, Review of Economic Studies, 37. Link:

http://crecimientoeconomico-asiain.weebly.com/uploads/1/2/9/0/1290958/heterogeneous_capital.pdf

(1976), “On a Change in the Notion of Equilibrium in Recent Work on Value and Distribution”, in M. Brown, K. Sato and P. Zarembka (eds), Essays in Modern Capital Theory, Amsterdam: North-Holland. Reprinted in J. Eatwell and M. Milgate (eds), Keynes’s Economics and the Theory of Value and Distribution, London: Oxford University Press and Duckworth, 1983.

(1978–79), “Notes On Consumption, Investment and Effective Demand: Parts I and II”, Cambridge Journal of Economics, 2 and 3. Reprinted in J. Eatwell and M. Milgate (1983). Link artigos:

<http://sites.google.com/site/revistacircus/teora-del-excedente>

Link capítulo:

<http://cas.umkc.edu/econ/economics/faculty/Forstater/506/506readings/garegnani.pdf>

(1981), “Marx e gli economisti classici”, Turin: Einaudi.

(1982), “Summary of the paper “Some Notes for an Analysis of Accumulation””, manuscript distributed at the Trieste International School of Economics.

(1984), ‘On Some Illusory Instances of “Marginal Products”’, Metroeconomica. Link:

<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1467-999X.1984.tb00687.x/abstract>

(1987), “Surplus Approach to Value and Distribution”, in The New Palgrave Dictionary of Economics, London: Macmillan. Link:

http://www.dictionaryofeconomics.com/article?id=pde1987_X002116

(1989), “Some Notes on Capital, Expectations and the Analysis of Changes” in G. Feiwel (ed.), Joan Robinson and Modern Economic Theory, London: Macmillan.

(1990a), “Sraffa: Classical versus Marginalist Analysis”, in K. Bharadwaj and B. Schefold (eds), “Essays on Sraffa”, London: Unwin and Hyman.

(1990b), “Quantity of Capital”, in The New Palgrave Dictionary of Economics: Capital Theory, London: Macmillan. Link (em espanhol):

<http://sites.google.com/site/revistacircus/teora-del-excedente>

(1992), “Some Notes for an Analysis of Accumulation”, in J. Halevi, D. Laibman, E. Nell (eds), Beyond the Steady State: A Revival of Growth Theory, New York: St Martin’s Press.

(1997), “Equilibrium in the Classical Conception and Some Supposed Obstacles to the Tendency of Market Prices toward Natural Prices”, in G. Caravale (ed.), Equilibrium and Economic Theory, London: Routledge.

Bibliografia complementar:

- Textos com links abertos:

Garegnani P. (1979b) "Notes on Consumption, Investment and Effective Demand: A Reply to Joan Robinson" Cambridge Journal of Economics, 3, pp; 181-187.

<http://sites.google.com/site/revistacircus/teora-del-excedente>

Garegnani P. (1989c) "On Sraffa's Contribution to Economic Theory", in G.R. Feiwel (ed), Joan Robinson and Modern Economic Theory, London: Macmillan.

http://www.uni-graz.at/schumpeter.centre/download/summerschool09/Literature/Garegnani/on_sraffas_contribution.pdf

Garegnani P. and A. Palumbo (1997c) "Accumulation of Capital", Università degli Studi Roma Tre, Dipartimento di Economia, Working Paper n.2.

<http://dipeco.uniroma3.it/public/WP%202%20Garegnani%20Palumbo%2097.pdf>

Garegnani P. (2002) "Misunderstanding Classical Economics? A Reply to Blaug", History of Political Economy 34(1), pp. 241-54.

http://www.uni-graz.at/schumpeter.centre/download/summerschool09/Literature/Garegnani/Reply_Blaug.pdf

Garegnani P., Trezzini A. (2005c) "Cycles and Growth: A Note on Development in a Market Economy", Rome: Aracne.

<http://host.uniroma3.it/dipartimenti/economia/pdf/G%20III%20B%207%20eng.pdf>

Garegnani P. (2007d) "Professor Foley and Classical Policy Analysis", Review of Political Economy, 19(2), pp. 221-42.

<http://www.uni-graz.at/schumpeter.centre/download/summerschool09/Literature/Garegnani/Foley.pdf>

Garegnani P. (2008a) "Capital in the Neoclassical Theory. Some Notes", mimeo

<http://www.aeaweb.org/assa/2009/>

Garegnani P. (2010b) "On the Present State of the Capital Controversy", Sraffa's Production of Commodities by Means of Commodities, 1960-2010: Critique and Reconstruction of Economic Theory, Roma 2-4 dicembre 2010 (unpublished). Link do Abstract:

http://host.uniroma3.it/eventi/sraffaconference2010/html/papers_submission_221.html

- Artigos publicados em revistas:

Garegnani P. (1958) "A Problem in the Theory of Distribution from Ricardo to Wicksell", PhD dissertation, Cambridge (unpublished).

Garegnani P. (1959) "La misurazione del capitale nella teoria ricardiana del valore e della distribuzione", *Giornale degli Economisti*, 18; 1-31.

Garegnani P. (1961) "Sulla relazione fra saggio di progresso tecnico e vita economica dei capitali fissi", *Rivista di Politica Economica*, 51, pp. 3-16.

Garegnani P. (1964) "Note su consumi investimenti e domanda effettiva (parte prima)", *Economia internazionale*, 17, pp. 591-631.

Garegnani P. (1965) "Note su consumi investimenti e domanda effettiva (parte seconda)", *Economia internazionale*, 18, pp. 575-617.

Garegnani P. (1966a) "Switching of Techniques", *The Quarterly Journal of Economics*, 80, pp. 554-67.

Garegnani P. (1966b) "Sulle equazioni walrasiane della capitalizzazione", *Giornale degli Economisti*, 25.

Garegnani P. (1966c) "Sulle equazioni walrasiane della capitalizzazione. Una risposta", *Giornale degli Economisti*, 25.

Garegnani P. (1970b) "Heterogeneous Capital, the Production Function and the Theory of Distribution: Reply", *Review of Economic Studies*, 37(3), July.

Garegnani P. (1976a) "The Neoclassical Production Function: Comment", *American Economic Review*, vol. 66(3), pages 424-27, June.

Garegnani P. (1978a) "Sraffa's Revival of Marxist Economic Theory", *New Left Review* I/112, November-December.

Garegnani P. (1978c) "La realtà dello sfruttamento (I)", *Rinascita* No. 9, pp.31-2.

Garegnani P. (1978d) "La realtà dello sfruttamento (II)", *Rinascita* No. 12, pp.25-7.

Garegnani P. (1978e) "La realtà dello sfruttamento (III)", *Rinascita* No. 13, pp.25-6.

Garegnani P. (1979d) "Formule magiche e polvere d'arsenico", *Rinascita* No. 18, pp. 23-5.

Garegnani P. (1982a) "On Hollander's Interpretation of Ricardo's Early Theory of Profits", *Cambridge Journal of Economics*, 6(1), pp. 65-77.

Garegnani P. (1982b) "Una polemica su Sraffa", *Rinascita* No. 25, pp. 31-3.

Garegnani P. (1983a) "The Classical Theory of Wages and the Role of Demand Schedules in the Determination of Relative Prices", *American Economic Review (Papers and Proceedings)*, 73, pp. 309-13.

Garegnani P. (1983b) "Ricardo's Early Theory of Profits and Its 'Rational Foundation': A Reply to Professor Hollander [On Hollander's Interpretation of Ricardo's Early Theory of Profits]," *Cambridge Journal of Economics*, 7(2), pp. 175-78, June. Repr. in G. Caravale (ed) *The Legacy of Ricardo*, London: Blackwell, 1985.

Garegnani P. (1983e) "La Teoria del Valore Lavoro il Cosiddetto 'Neo-Ricardianismo'", *Rinascita*.

Garegnani P. (1984a) "Piero Sraffa", *Cambridge Journal of Economics*, 8(1), pp. 1-2, March.

Garegnani P. (1984b) "Value and Distribution in the Classical Economists and Marx", *Oxford Economic Papers*, 36(2), pp. 291-325, June.

Garegnani P. (1984c) "On some Illusory Instances of 'Marginal Products'", *Metroeconomica*, 36, pp. 143-60.

Garegnani P. (1985a) "Su alcune questioni controverse circa la critica della teoria della distribuzione dominante e lo sviluppo di una teoria alternativa", *Questioni di storia dell'economia politica*.

Garegnani P. (1988) "Actual and Normal Magnitudes: A Comment on Asimakopulos", *Political Economy*, 4, pp.261-8.

Garegnani P. (1990e) "On a Supposed Obstacle to the Gravitation of Market Prices Towards Natural Prices", *Political Economy*, 6, pp. 329-59.

Garegnani P. (1998) "Sui manoscritti di Piero Sraffa", *Rivista italiana degli economisti*, N. 1, pp. 151-156.

Garegnani P. (2003) "Savings, Investment and Capital in a System of General Intertemporal Equilibrium" in F. Petri e F. Hahn (eds.) *General Equilibrium: Problems and Prospects*, Routledge.

Garegnani P. (2004a) "Professor Blaug on understanding classical economics", Rome: Aracne.

Garegnani P. (2004b) "La svolta dei tardi anni venti nell'interpretazione degli economisti classici in Sraffa", in Piero Sraffa, *Atti dei Convegni Lincei*, Vol. 200, Accademia Nazionale dei Lincei, Rome.

Garegnani P. (2005a) "Capital and Intertemporal Equilibria: A Reply to Mandler", *Metroeconomica*, 56(4), pp. 411-37.

Garegnani P. (2005b) "Further on Capital and Intertemporal Equilibria: A Rejoinder to Mandler", *Metroeconomica*, 56(4), pp. 495-502.

Garegnani P. (2005d) "On a turning point in Sraffa's theoretical and interpretative position in the late 1920s", *Journal of History of Economic Thought* 12(3), pp.453-92.

Garegnani P. (2007a) "Sulla valutazione della ricerca economica", *Rivista italiana degli economisti*, n.2, pp. 177-190.

Garegnani P. (2007b) "Professor Samuelson on Sraffa and the classical economists", *European Journal of the History of Economic Thought*, 14(2), pp. 181-242.

Garegnani P. (2007c) "Samuelson's misses: A rejoinder", *European Journal of the History of Economic Thought*, 14(3), pp. 573-85.

Garegnani P. (2008b) "On Walras's Theory of Capital (Provisional Draft 1962)", *Journal of the History of Economic Thought*, 30(3), September.

Garegnani P. and A. Trezzini (2010) "Cycles and Growth: A Source of Demand-Driven Endogenous Growth", *Review of Political Economy*, 22(1), pp.119-25.

Garegnani P. (2010a) "On some missing equations in contemporary treatments of intertemporal general equilibrium", Rome: Aracne.

- Livros, capítulos de livros e outros:

Garegnani P. (1958) "A Problem in the Theory of Distribution from Ricardo to Wicksell", PhD dissertation, Cambridge (unpublished).

Garegnani P. (1960) "Il capitale nelle teorie della distribuzione", Milano: Giuffrè; repr. 1972, 1978.

Garegnani P. (1962) "Il problema della domanda effettiva nello sviluppo economico italiano", Roma: Svimez.

Garegnani P. (1976b) "On a Change in the Notion of Equilibrium in Recent Work on Value and Distribution", in M. Brown, K. Sato and P.Zarembka (eds), *Essays in Modern Capital Theory*, Amsterdam: North Holland. Repr. in J. Eatwell and M. Milgate (eds) *Keynes's Economics and the Theory of Value and Distribution*, Oxford: Duckworth, 1983.

Garegnani P. (1979a) "Valore e domanda effettiva. Keynes, la ripresa dell'economia classica e la critica ai marginalisti", Torino: Einaudi.

Garegnani P. (1981a) "Valore e distribuzione in Marx e negli economisti classici" in R. Panizza e S. Vicarelli (eds) "Valori e prezzi nella teoria di Marx", Torino: Einaudi.

Garegnani P. (1981b) "Marx e gli economisti classici", Torino: Einaudi.

Garegnani P. (1983c) "Scuola di Cambridge", Supplemento al Dizionario Enciclopedico Treccani, Roma.

Garegnani P. (1983d) "Two Routes to Effective Demand", in J.A. Kregel (ed) *Distribution, Effective Demand and International Economic Relations*, London: Macmillan. French translation in *L'Hétérodoxie dans la pensée économique K. Marx, J.M. Keynes, J.A. Schumpeter études présentées par Ghislain Deleplace et Patrick Maurisson*, Paris: Anthropos, 1985.

Garegnani P. (1985b) "La théorie de la valeur-travail chez Marx et dans la tradition marxiste", in B. Chavance (ed) *Marx en Perspective*, Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales.

Garegnani P. (1986a) "Alcune confusioni su Sraffa" in R. Bellofiore (ed) *Tra teoria economica e grande cultura europea: Piero Sraffa*, Milano: Franco Angeli.

Garegnani P. (1986b) "Valore-lavoro e rapporto tra l'opera di Marx e quella di Ricardo: alcune riflessioni", in C. Mancina (ed) *Marx e il mondo contemporaneo*, Roma: Editori Riuniti.

Garegnani P. (1987) "Surplus Approach to Value and Distribution" in J. Eatwell, M. Milgate and P. Newman (eds) *The New Palgrave Dictionary of Economics*, Vol.4, London: Macmillan.

Garegnani P. (1989a) "Sraffa: analisi classica e analisi neoclassica" in L.L. Pasinetti (ed) *Aspetti controversi della teoria del valore*, Bologna: il Mulino, pp.13-34.

Garegnani P. (1989b) "Some Notes on Capital, Expectations and the Analysis of Change", in G.R. Feiwel (ed), *Joan Robinson and Modern Economic Theory*, London: Macmillan.

Garegnani P. (1989d) "Kapital, Einkommensverteilung und effektive Nachfrage Beiträge zur Renaissance des klassischen Ansatzes in der Politischen Ökonomie", Hrsg. und eingel. von Heinz D. Kurz unter Mitarbeit von Christof Rühl. Übersetzt von H.D. Kurz und Ch. Rühl, Marburg: Metropolis.

Garegnani P. and F. Petri (1989e) "Marxismo e teoria econômica hoje", in *História do Marxismo*, XII: O Marxismo hoje, Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Garegnani P. (1990a) "Quantity of Capital", in J. Eatwell, M. Milgate and P. Newman (eds), *Capital Theory*, London: Macmillan.

Garegnani P. (1990b) "Sraffa: Classical versus Marginalist Analysis" and Reply to discussants, in K. Bharadwaj and B. Schefold (eds) *Essays on Piero Sraffa*, London: Unwin Hyman.

Garegnani P. (1990c) "Comment" on A. Asimakopulos's "Keynes and Sraffa: Visions and Perspectives", in K. Bharadwaj and B. Schefold (eds) *Essays on Piero Sraffa*, London: Unwin Hyman.

Garegnani P. (1990d) "Comment" on P.A. Samuelson's "Revisionist Findings on Sraffa", in K. Bharadwaj and B. Schefold (eds) *Essays on Piero Sraffa*, London: Unwin Hyman.

Garegnani P. (1991) "The Labour Theory of Value: 'Detour' or Technical Advance", in G. Caravale (ed) *Marx and Modern Economic Analysis, Vol.1*, Aldershot: Edward Elgar.

Garegnani P. (1992) "Some Notes for an Analysis of Accumulation", in J. Halevi, D. Laibman and E.J. Nell (eds) *Beyond the Steady State. A Revival of Growth Theory*, London: Macmillan.

Garegnani P. (1994a) "Commento" a Tosato, in G. Caravale (ed) *Equilibrio e teoria economica*, Bologna: Il Mulino.

Garegnani P. (1994b) "Su alcuni presunti ostacoli alla tendenza dei prezzi 'di mercato' verso i 'prezzi normali'", in G. Caravale (ed) *Equilibrio e teoria economica*, Bologna: Il Mulino.

Garegnani P. (1996) "The Long Period Analysis of Aggregate Demand in a 1936 Article by J. Robinson", in M.C. Marcuzzo, L.L. Pasinetti and A. Roncaglia (eds) *The Economics of J. Robinson*, London: Routledge.

Garegnani P. (1997a) "Equilibrium in the classical conception and some supposed obstacles to the tendency of market prices toward natural prices" in G. Caravale (ed.) *Equilibrium and Economic Theory*, London: Routledge.

Garegnani P. (1997b) "Comment [on Tosato, 1997]", in Caravale G. (ed.) *Equilibrium and Economic Theory*, London: Routledge.

Garegnani P. e A. Palumbo (1998a) "Domanda aggregata e accumulazione di capitale", in M.C. Marcuzzo, A. Roncaglia (eds), *Saggi di economia politica* Bologna: CLUEB.

Garegnani P. and A. Palumbo (1998b), "Accumulation of capital", in H.D. Kurz and N. Salvadori (eds), *The Elgar Companion to Classical Economics*, Cheltenham, UK and Lyme, USA: Edward Elgar.

Garegnani P. (2000) "Savings, investment and capital in a system of general intertemporal equilibrium", in Kurz H.(ed.), *Critical Essays on Piero Sraffa's Legacy in Economics*, Cambridge University Press.

Foley D.K., Garegnani P., Pivetti M. and F. Vianello (2004) "Classical theory and policy analysis. A Round-Table", Rome: Ara